

UM RESGATE ENTRE AS PRIMEIRAS ESCRITORAS BRASILEIRAS: DÉLIA

A RESCUE AMONG THE FIRST BRAZILIAN FEMALE WRITERS: DÉLIA

Pamela Raiol Rodrigues
Juliana Maia de Queiroz
UFPA

Resumo: É sabido que, apesar de várias barreiras nas letras oitocentistas, muitas mulheres escreveram no Brasil, entretanto, seus legados têm sido apagados. Neste artigo, nosso objetivo é resgatar a memória literária de uma das primeiras escritoras brasileiras: Maria Benedita Câmara Bormann, a Délia. Para tanto, utilizamos obras sobre a história da mulher brasileira pertencente à elite econômica oitocentista com detalhes acerca da educação feminina e dos papéis ditados pela sociedade. Em seguida, tratamos da relação entre as primeiras escritoras nacionais com a imprensa periódica e, enfim, chegamos à autora cuja vida e trabalho objetivamos rememorar. A partir do conhecimento do nome de Délia, concluímos ser necessária uma revisão da historiografia literária, visto que Maria Benedita Câmara Bormann foi um dos nomes presentes na consolidação da literatura oitocentista no Brasil e, atualmente, devido ao apagamento das primeiras autoras nacionais, pouco temos contato com sua obra.

Palavras-chave: Literatura Oitocentista. Mulheres escritoras. Délia.

Abstract: *It is known that despite several barriers in the nineteenth century literature, many women wrote in Brazil, however, their legacies have been erased. In this article, our objective is to rescue the literary memory from one of the first Brazilian female writers: Maria Benedita Câmara Bormann, Délia. For this, we use works on history of Brazilian women belonging to the 19th century economic elite, with details on female education and roles dictated by society. Then, we treat the relationship between the first national female writers and the press to finally reach the author whose life and work we aim to remember. From the knowledge of Délia's name, we concluded that a review of literary historiographies is necessary, considering that Maria Benedita Câmara Bormann was one of the names present in consolidation of the nineteenth century literature in Brazil and, currently, due to the erasure of the first female national authors, we have little contact with her work.*

Keywords: *Nineteenth-century literature. Women writers. Délia.*

PRIMEIRAS PALAVRAS

Neste artigo, intentamos resgatar a memória literária de Maria Benedita Câmara Bormann, uma das primeiras escritoras brasileiras. Hoje sabemos que, apesar de terem seus legados apagados no decorrer da História, muitas mulheres escreveram no Brasil oitocentista. As razões que causaram esses silenciamentos são oriundas de uma sociedade que valoriza em demasia as ideias masculinas, enquanto relega aos seus pares femininos apenas deveres e papéis a serem seguidos. Sobre esses modelos de feminilidade, no primeiro momento de nosso artigo, destacamos a vida da mulher brasileira pertencente às camadas altas da sociedade no Rio de Janeiro do século XIX, em especial durante a segunda metade dele. Propomos, assim, um panorama histórico acerca da vida dessas mulheres a fim de compreender de que maneira se deram as condições – e as dificuldades – nas primeiras aventuras dessas notáveis no mundo das letras.

Nosso segundo tópico versa especificamente sobre as primeiras escritoras nacionais e suas relações com a imprensa que se desenvolvia no Oitocentos brasileiro, entre elas, chegamos à persona de Maria Benedita Câmara Bormann, conhecida como Délia. Sobre essa importante autora, praticamente ausente na historiografia literária brasileira canônica, versamos em nosso tópico final. Dessa maneira, resgatamos seu nome e obra para análises futuras, além de ressignificarmos parte do que conhecemos sobre os autores e autoras que ajudaram a literatura brasileira a se consolidar no Brasil do século XIX.

Antes de iniciarmos o nosso primeiro tópico, faz-se de extrema importância delimitar qual é esta mulher brasileira sobre quem estamos falando, pois não podemos homogeneizar um grupo tão diverso. Como nosso objetivo é retomar o nome de Bormann, escritora brasileira de classe alta, as mulheres de quem tratamos neste espaço, em geral, são as brancas, de elite, que conseguiram chegar ao campo das letras mais facilmente, se comparadas com as negras escravizadas ou trabalhadoras livres daquele momento histórico. Portanto, ao tratarmos das mulheres brasileiras oitocentistas, leia-se: as socialmente privilegiadas. Passemos, então, ao retrato da vida dessa mulher brasileira no Oitocentos.

UM RETRATO DAS MULHERES BRASILEIRAS OITOCENTISTAS NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA

No decorrer do século XIX, o Rio de Janeiro passou por mudanças políticas e econômicas que modificaram seus estilos de vida em geral. Essas transformações foram irradiações das que ocorriam na Europa, cujos movimentos socioeconômicos chegavam até as nações que possuíam ligações diretas ou indiretas com os países do velho continente. Assim, com as mudanças causadas pela Revolução Industrial, como a ascensão da burguesia, as nações recém-independentes, como o Brasil, recebiam os novos modos de viver europeus por meio das influências vindas de navio para a ex-colônia. Esses conceitos importados influenciaram, sobremaneira, os letrados e os dirigentes brasileiros, o que determinou o contexto cultural-literário da época. (SANTOS, 2010).

Além de observar que as mudanças nos padrões europeus inspiraram o modo de pensar dos dirigentes no Brasil, é necessário pontuar que um dos principais fatores para a mudança significativa nas terras da ex-colônia foi a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Essa mudança trouxe consigo elementos essenciais para a busca do progresso através da instrução e dos ensinamentos morais, os quais deveriam ser passados para os portugueses e brasileiros da capital do Império. Dessa forma, no intuito de se parecer o máximo possível com o europeu, o *modus vivendi* na ex-colônia foi alterado, ainda que existissem diferenças cruciais, como a questão da economia baseada na escravidão, pontuada por Roberto Schwarz (2000).

De acordo com Elisa Verona (2013, p. 19), “literatos, médicos, juristas, educadores e outros agentes sociais também enfatizaram a necessidade de intervenção na sociedade como forma de atingir o progresso, e o fizeram de diversas formas”. De tal modo, a partir da transferência da família real, todos os cidadãos que viviam no Rio de Janeiro se empenhavam na ideia de formar uma nação independente, a qual respirasse inovações e, por isso, a vida de todos foi modificada.

Em relação às mulheres, grande mudança ocorreu entre a primeira e a segunda metade do século XIX, tendo em vista que o movimento de modificações na sociedade carioca se estabeleceu, principalmente, no período do Segundo Reinado (1840 – 1889). Tais mudanças estavam relacionadas à urbanização dos espaços, causando uma alteração nos comportamentos femininos, porém sem perder de vista que o decoro era sempre prezado, já que a “verdadeira rainha do lar deveria repudiar o que não fosse recato, discrição e virtude” (VERONA, 2013, p. 34). Logo, a vida da mulher brasileira foi se modificando, pois a ela cabia papel essencial na nova ordem social da capital do Império.

Acerca das mulheres abastadas, Maria Ângela D’Incao (2018, p. 229) observa que a possibilidade do ócio “incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências entre amigas”. Isso marca, mais uma vez, o grupo feminino sobre o qual estamos descrevendo os comportamentos neste artigo: a mulher de elite, que tinha tempo para leituras. Ademais, a autora nota que “cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família ‘burguesa e higienizada’” (D’INCAO, 2018, p. 229). Como vimos, o dever dessa mulher era a dedicação total à família e, caso houvesse outros interesses, ela infringiria uma regra de comportamento fundamental na construção dos grupos familiares em ascensão naquele período: as famílias burguesas.

Sobre as já citadas mudanças ocorridas na sociedade carioca da metade do século XIX, é importante observar que, com a chegada de modernidades como os trens e a eletricidade, para citar algumas, o desenvolvimento das cidades, em geral, fez com que o espaço no interior das residências fosse reconfigurado. E, como pontua D’Incao (2018, p. 228), isso “deixou ainda mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade”. De acordo com a pesquisadora, as casas mais ricas passaram por um processo de abertura a um círculo restrito de familiares e amigos. Além disso, nas salas de visita e nos salões, aconteciam saraus, jantares e festas de tempos em tempos. (D’INCAO, 2018). Nesse ínterim, a mulher de elite passou a marcar presença em cafés,

bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social.

Para esse convívio social que se abria aos parentes e amigos da família, essa mulher abastada aprendia como se portar por meio de mecanismos como cartilhas de boas maneiras, disponíveis em periódicos, além da própria literatura nacional e estrangeira, sendo essas brasileiras também leitoras de romances. Essas ferramentas tinham como objetivo a instrução que, como veremos, era o objetivo geral da nação, de modo a tornar o país mais desenvolvido intelectual e socioeconomicamente. Apesar dessas mudanças ocorridas no comportamento, Salette dos Santos (2010, p. 24) afirma que o processo de invisibilidade social sofrido pelas mulheres encontra, ainda no século XIX, inúmeros locais que eram projetados por homens para serem usados apenas por eles mesmos: “é do homem o âmbito público, o direito de ir e vir e de exercer poder sobre a família. A ele estão sujeitas mulheres, esposas e filhas, as quais lhe devem obediência irrestrita”. Portanto, os hábitos femininos modificaram-se aos poucos, seguindo os passos do progresso, todavia, destacamos que a sociedade continuou em seus moldes patriarcais que limitavam obviamente as mulheres.

Neste período, alguns mecanismos cresceram em importância na missão de educar e pregar a boa moral. Não era mais apenas a igreja que, através do púlpito e do confessorário, ditava regras de conduta. Os periódicos, os romances e manuais de civilidade cumpriam o objetivo de educar as leitoras: “por entre esses ditos e escritos forjavam-se modelos que interessavam à manutenção da, tão cara, ordem social. E, nesse processo, um desenho de mulher ia sendo delineado, sobretudo por mãos masculinas” (VERONA, 2013, p. 35).

Acerca da representação do papel social da mulher burguesa por muitos romancistas brasileiros do século XIX, Santos (2010, p. 30) defende que “não era interesse da sociedade que determinadas ideias influenciassem o comportamento feminino, como buscar aperfeiçoamento intelectual com vistas ao exercício de alguma profissão fora de casa”. Mesmo observando que as personagens femininas criadas nos romances daquela época eram capazes de discutir em “pé de igualdade” com os homens em alguns momentos, a autora destaca que “os autores não promovem denúncia das condições de vivência feminina, ao contrário, matizam essa situação com as cores da idealização, autenticando o estabelecido” (SANTOS, 2010, p. 30). Assim sendo, a literatura produzida no período visava também instruir e moralizar a leitora, sendo, pois, forte instrumento educativo.

Santos (2010) ainda observa que o “malefício” advindo da convivência feminina com o universo ficcional se encontrava na possibilidade de que a jovem iniciasse um processo de conscientização e, assim, passasse a questionar os comportamentos sociais, reivindicando seu lugar na sociedade. E qual era o papel da mulher no desenvolvimento da nação? Como essa mulher foi afetada por melhorias no campo da educação? Falemos um pouco da educação formal feminina.

Após a proclamação da independência, na tentativa de transformar a sociedade brasileira em um todo mais instruído, o discurso sobre a importância da educação era recorrente. De acordo com Guacira Lopes Louro (2018), os legisladores haviam determinado, nos anos de 1827, que fossem criadas as escolas de primeiras letras. Entretanto, é necessário pontuar as nítidas diferenças entre a educação de meninos e de meninas: “ler, escrever e contar, saber as quatro operações,

mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (LOURO, 2018, p. 444). Ademais, há de se destacar que, para as meninas de famílias mais abastadas, a educação funcionava como um instrumento de formação para que a moça tivesse um melhor casamento. Logo, ela se educava para seu marido e nunca para si própria:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. (LOURO, 2018, p. 446).

Dessa forma, tudo o que uma menina aprendesse durante a sua vida educacional nunca era pensado como algo que engrandecesse seu intelecto ou lhe desse um ofício para trabalhar. Pelo contrário, toda a sua educação era fundamentada na expectativa de um futuro no qual ela se casaria, seria motivo de orgulho para o seu esposo, bem como seria uma melhor companhia para ele. Além do bom casamento, um único motivo a mais para essa mulher se educar seria o fato de que a mãe é a primeira educadora dos filhos. Portanto, jamais para si próprias, mas sim para bem representar os maridos e, depois, para educar os filhos, a brasileira da elite econômica e cultural do Oitocentos foi instruída.

Com o passar do tempo e com alguma instrução, grupos de mulheres vieram a escrever suas próprias reivindicações e, apesar do fato de que sua educação nunca visou seu próprio crescimento, esse desenvolvimento chegou e se mostrou de diversas formas, inclusive por meio da literatura e da arte em geral. Apesar da resistência da sociedade patriarcal, muitas mulheres foram educadas e, ao contrário das crenças – disseminadas pelos homens – de que não eram capazes de aprender como o gênero masculino, conquistaram seus espaços.

Como vimos, o acesso feminino à educação acabou por ser restrito – caso das mulheres abastadas – ou nulo – caso das mulheres pobres. Não obstante, Kessamiguiemon (2002, p. 5) defende que é possível afirmar que, com o tempo, essas mulheres “passaram a constituir um grupo de elite: as elites letradas, que assumiam a ‘missão’ de construir a nação”. Essa mulher instruída teve a possibilidade de manifestar seu pensamento crítico através de alguns mecanismos, como a escrita de periódicos e de livros. A tarefa não era fácil, mas muitas se destacaram, tornando-se escritoras. Por isso, não podemos esquecer “quanto pode o gênio em um cérebro feminino” (BORMANN, 1998, p. 97-98).

AS PRIMEIRAS ESCRITORAS BRASILEIRAS

Sabemos que o século XIX no Brasil foi um período de grande importância tanto para a consolidação do mercado editorial quanto para o estabelecimento do público leitor. No alcance desses feitos, os periódicos foram meios de comunicação indispensáveis para a profusão literária. Nas letras, algumas mulheres também ocuparam espaços em jornais e revistas. Destaca-se ainda que, na década de 1870, houve um aumento significativo no número de publicações femininas em periódicos. O que começou com mãos masculinas, dirigindo-se sobremaneira ao público feminino, passou a ser também escrito pelas mãos femininas. De acordo com June Hahner (2018), muitos desses jornais – mesmo os que publicavam artigos escritos por mulheres – dedicavam-se apenas a assuntos como moda ou literatura sentimental. Entretanto, uma parte corajosa já mostrava novas intenções a partir da escrita:

Afinal, agora, as mulheres de classe alta seguiam as modas francesas com muito mais empenho do que no início do século, além de lerem mais romances. Entretanto, algumas editoras de jornais – uma minoria corajosa – advogavam pela emancipação das mulheres, enfatizando a importância da educação básica, tanto em benefício particular quanto para melhorar o mundo. (HAHNER, 2018, p. 60-61).

Logo, as mulheres passaram a escrever os seus próprios periódicos, cujas bandeiras eram hasteadas em prol da luta por educação de qualidade para as suas iguais, isto é, sua instrução, o que traria benefícios no campo das profissões, desenvolvimento pessoal e social, entre outros ganhos. Constância Lima Duarte, em *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, pesquisou sobre os periódicos fundados por mulheres ou escritos para elas. A autora ressalta que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo, no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Ela registra ainda: “quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica” (DUARTE, 2017, p. 14). Assim, notamos que, em meio à resistência social, muitas mulheres foram alfabetizadas e se desenvolveram para além do que os seus pais e maridos desejavam. Ademais,

independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. (DUARTE, 2017, p. 14).

Sobre isso, Zahidé Muzart, organizadora do *Escritoras brasileiras do século XIX*, afirma que “uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquista de direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226). Mas quem foram essas primeiras

escritoras brasileiras? Quase não há menção aos seus nomes nos livros de historiografia literária e pensar sobre os motivos pelos quais isso se deu é o nosso assunto a partir de agora.

Antes de chegarmos aos nomes e feitos das primeiras escritoras de que se tem notícia no Brasil, é necessário pontuar a dificuldade existente em encontrar seus registros nas histórias literárias. Essa falta de nomes femininos nos compêndios literários é parte de uma ação de escolha feita pelos homens de letras que escreveram e editaram a historiografia literária nacional. Ressaltamos que, quando se cria um trabalho dessa natureza, o que é visto como necessário para figurar nesses espaços muito dialoga com as posições e valores de quem escreve. Por isso, a maioria das mulheres que escreveram e publicaram no Oitocentos brasileiro não figura nessas obras, o que não significa que elas não escreveram, mas sim que não foram registradas.

Quando nos propomos a pensar e observar as margens da história da literatura brasileira, deslocamos o nosso pensamento do cânone para buscar os escritores e, principalmente, as escritoras esquecidas no decorrer dos séculos. Nos termos de Zahidé Muzart (1995, p. 86), entendemos que o cânone está ligado a muitos aspectos, mas “principalmente à dominante da época: dominantes ideológicas, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros”. Dessa forma, se apenas uma parcela mínima das produções é canonizada e, por isso, registrada, criticada e lembrada, temos o dever de observar as margens desse conjunto canônico. Como argumentam Zinani e Polesso (2010, p. 101):

criando um estranhamento às práticas naturalizadas, é possível reescrever “a” história da literatura e perceber que há sempre uma perspectiva diferente da que hoje existe e que já está tão desgastada. A pluralidade que o olhar da margem traz, permite a inclusão e a legitimação de escritores e escritoras que foram esquecidos ao longo da história.

Quando estudamos através de histórias literárias que não retratam as mulheres escritoras, temos a impressão de que estas não existiram, o que poderia até confirmar ideias patriarcais, veiculadas por tanto tempo, de que mulheres são inferiores intelectualmente aos homens. Logo, buscar os nomes e as obras de nossas escritoras torna-se um objeto de estudo relevante social e academicamente. É, além de tudo, um exercício de resgate, visto que os autores de historiografia literária inevitavelmente transpassam seus interesses de grupo e individuais para os livros. Na contramão desse apagamento, temos a obra da escritora oitocentista Ignez Sabino. Em *Mulheres Ilustres do Brazil* (1899), ela escreveu sobre a vida de mulheres notáveis que estavam ficando no passado naquele fim de século. Para ela, sua tarefa era ressuscitar a memória dessas notáveis: “Eu quero resuscitar, no presente, as mulheres do passado que jazem obscuras [...] a fim de que se conheça que houve alguém que amou a arte e viveu pelo talento, tirando-as, como as outras, da barbaria do esquecimento, para fazel-as surgir, como merecem, á tona da celebridade¹” (SABINO, 1996, p. IX).

¹ Grafia e pontuação de acordo com a obra original. Todas as citações de escritos em linguagem utilizada no século XIX manter-se-ão com a escrita original neste texto.

Ademais, no século XIX, além de Sabino, a pernambucana Josephina Azevedo também adotou essa estratégia para evidenciar a presença feminina na sociedade e na política, publicando sua *Galeria Ilustre (mulheres célebres)* em 1897. Ao contrário de Ignez Sabino, Azevedo escreveu sobre mulheres de diferentes geografias, tais como Joana D'Arc, George Sand (pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin), entre outras. Desta forma, os livros de Ignez Sabino e Josephina Azevedo pretendiam cumprir uma tarefa de grande importância: não deixar cair no esquecimento os nomes e feitos de mulheres ilustres. Entretanto, podemos afirmar que não se fala sobre a maioria delas hoje; tampouco fazem parte da maioria das histórias literárias.

Sobre as escritoras do século XIX, é importante observar que escreveram, primeiramente, em periódicos, muitos deles fundados por elas mesmas e outros por seus pares masculinos, mas que se dirigiam ao público feminino. Acerca dessa comentada participação da mulher na imprensa nacional, sabe-se que, a partir da década de 1830, surgem folhas, principalmente na corte, algumas com intenções pedagógicas. É interessante destacar como esses primeiros jornais tinham, em seus títulos, palavras que remetiam à educação, revelando quais eram as suas finalidades: “ao se apresentarem como *Mentor, Farol, Manual, Despertador* ou *Espelbo*, eles se colocam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança” (DUARTE, 2017, p. 21).

Já as primeiras iniciativas femininas que se conhecem – bem antes do famoso *Jornal das Senhoras*, de 1852 – surgiram em Porto Alegre, sob os títulos *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e *Idade d'Ouro* (1833). Outros dois surgidos na mesma época, no Rio de Janeiro, devem ser pontuados: *A Filha Unica da Mulher do Simplicio* (1832) e *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833), ambos foram escritos na primeira pessoa e sugeriam que uma mulher os dirigia. Duarte (2017) observa que esses quatro periódicos, provavelmente os primeiros dirigidos por mulheres no Brasil, não tratavam de questões específicas de gênero. Para a autora, isso se dava porque o clima político no país foi bastante conturbado durante o período regencial, levando também as mulheres a se posicionarem politicamente, querendo os homens ou não.

Uma bandeira que muitos periódicos iriam hastear era a da luta por uma educação mais consistente para as meninas: “ao lado de notas sociais e comentários sobre moda e receitas, são estampados artigos clamando por melhores condições de vida. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente, mas buscava-se o homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava” (DUARTE, 2017, p. 22). Os quatro jornais citados tratavam de política “e a mulher sentia-se no direito de também tomar partido em assuntos de identidade nacional, ou mesmo regional. E com certeza isso já representa um avanço em termos da mentalidade feminina da época” (DUARTE, 2017, p. 71). Portanto, ainda que os periódicos escritos pelas mulheres não tenham observado as demandas de gênero para além das políticas nesse primeiro momento, não podemos negar que o fato de que as mulheres conseguiam publicar representou avanço significativo.

Por muito tempo, *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), do Rio de Janeiro, foi o mais famoso jornal escrito por mãos de mulher neste período e se acreditou que ele teria sido o primeiro de autoria feminina do Brasil. Criado por Joana Paula Manso de Noronha, nascida na Argentina e residente do Brasil durante alguns anos, a folha intentava levar modas, literatura e belas artes, além

de teatro e crítica às leitoras. Constância Duarte observa que Joana Paula Manso, ciente da ousadia de se estar à frente de um jornal, anunciou a chegada da publicação da seguinte forma:

Às nossas assinantes. [...] Ora, pois, uma senhora a testa de uma redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será? [...] A sociedade do Rio de Janeiro, principalmente a Corte e Capital do Império, Metrópole do Sul da América, acolherá decerto com satisfação e simpatia *O Jornal das Senhoras*, redigido por uma americana que, se não possui talentos, *tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para emancipação moral da mulher.* (*O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 jan. 1852, p. 1, grifo nosso).

No dicionário ilustrado de autoria de Constância Duarte, este periódico é apenas um dos exemplos – um dos mais relevantes, é claro – do que tratavam e defendiam as escritoras nos seus jornais oitocentistas revolucionários. Joana Manso sabia que a tarefa a que se propunha poderia ser observada por muitos conservadores como “bicho de sete cabeças”, entretanto, isso não a paralisou e o periódico se destacou dos outros destinados ao público feminino naquela época. Como vimos no trecho que grifamos, esse destaque se dava porque os outros jornais se ocupavam apenas com temas como bordados, cosméticos e modas a fim de distrair a mulher que permanecia em casa, enquanto *O Jornal das Senhoras* assumia um “discurso emancipacionista, incentivando as mulheres a buscarem instrução e se conscientizarem do seu valor” (DUARTE, 2017, p. 118). Ademais, esse jornal era como “um motor impulsionador de instrução, de educação, de mudança de atitudes, de idéias (sic)” (MUZART, 2003, p. 227).

Notamos, em resumo, como a escrita feminina foi possibilitada pela participação das mulheres na imprensa brasileira oitocentista em pleno desenvolvimento. As mulheres alfabetizadas perceberam logo o quanto seu estado de conhecimento era privilegiado e, por isso, passaram a enfrentar a sociedade patriarcal na luta por uma educação mais elaborada para as mulheres de seu grupo social. Essas lutas antecipavam a agenda feminista pelo voto que viria posteriormente. Muitos foram os nomes femininos que publicaram nas folhas fundadas por elas próprias e, outras vezes, por seus pares masculinos. Entretanto, poucos são os nomes que chegaram até o século XXI. A respeito, Zahidé Muzart destaca:

Ainda que produtivas, nossas escritoras ficaram excluídas da historiografia literária, mas, curiosamente, embora à margem, a literatura feminina foi presença constante nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas mesmas. Aliás, é quase impossível estudar a literatura feita por mulheres no século XIX sem nos debruçarmos no estudo e levantamento do que foi publicado nos periódicos dessa época. (MUZART, 2003, p. 225-226).

Muzart (2003, p. 227) pontua que o esquecimento sofrido pelas escritoras oitocentistas é de cunho político, “pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo

as mais atuantes, as feministas em uma palavra”. A exemplo, ela cita a escritora Júlia Lopes de Almeida como mulher de vida impecável, para quem a literatura ficava em segundo plano, depois do atendimento aos filhos e ao marido. Por isso, Almeida foi louvada em sua época, sendo hoje ainda conhecida, ao contrário de escritoras como Délia ou Maria Firmina dos Reis, ainda que esta última tenha sido comumente retomada pela crítica, academia e leitores em geral, destacamos que ela passou por muitos anos de apagamento devido suas lutas sociais terem sido mais fortes.

Assim, observamos que quanto mais social fosse a luta da escritora, maior o apagamento que ela sofreria. Caso falassem de assuntos não desejados pela sociedade, tais como a questão da liberdade feminina no campo afetivo e sexual ou o divórcio, enfrentariam tentativas de silenciamento que partiriam das “famílias de bem”. As menos apagadas são as que prezavam pela vida esperada pela mulher de elite, como observamos no exemplo de Júlia Lopes de Almeida. Apesar desta distinção, em geral, todas foram esquecidas, “militantes ou colaboracionistas, senhoras ou cortesãs!” (MUZART, 2003, p. 227).

Neste artigo, intentamos, pois, contribuir para a recuperação da memória literária das escritoras oitocentistas brasileiras e de suas obras. Para isso, foi significativo observar a figura da mulher brasileira no Oitocentos e as relações entre essas mulheres, a literatura e a História. Uma importante escritora deste período foi Délia, cuja biografia conheceremos um pouco mais agora.

CONHECENDO DÉLIA

Maria Benedita Câmara Bormann escolheu um nome de pena para si que aponta para a Antiguidade Clássica, um mundo de homens eruditos e espaços vedados às mulheres. Assim, ao batizar a si mesma como Délia, a autora marca, segundo Telles (1998), uma ruptura com a divisão cultural do conhecimento que se difundira na cultura através de uma linha divisória dos gêneros masculino e feminino: “aos homens, todas as áreas do conhecimento e da produção cultural; às mulheres, um verniz de educação para uma conversa de salão, reprodução e cuidado com os filhos” (TELLES, 1998, p. 8). A autora também observa que essa escolha do nome indicava o posicionamento político de Bormann, pois, nas décadas que precederam a República, nomes romanos eram adotados para assinalar essa opção. Além disso, o nome

esboça o traçado de uma genealogia própria, imaginária, uma genealogia feminina que tem início com a poeta Safo, passa pela personagem romana Délia e as denominadas Safos dos séculos subseqüentes (sic) chegando até George Sand, a Safo que dominou Paris em meados do século dezenove e de quem Maria Benedita Bormann diz, ter demonstrado “o que pode o gênio em peito feminino”. (TELLES, 1998, p. 8-9).

Portanto, podemos ressaltar que a escolha do nome de pena da escritora está longe de ter sido aleatória. Através de seus saberes, ela escolheu o pseudônimo ideal, que transparecia seu olhar social, o qual era amante do progresso e da República, além de ser a favor do fim da escravidão.

Observamos que tal nome também funcionaria como uma genealogia dos nomes de escritoras que vieram antes dela, abrindo, de certa maneira, o caminho que ela poderia trilhar para a arte de escrever. Ademais, conforme Telles (1998), o pseudônimo não funcionava como forma de disfarce para melhor caminhar no mundo predominantemente masculino da literatura, tal qual para muitas anteriormente. Para Bormann, o nome era um segundo batismo, um nascimento de uma nova vida a se acoplar na que já existia, o surgimento da escritora no espaço corporal e mental onde antes só havia a mulher.

No *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, escrito pelo baiano Augusto Victorino Alves Sacramento Blake e impresso pela Imprensa Nacional em 1900, no Rio de Janeiro, temos, no sexto volume, a seguinte entrada: D. Maria Benedicta Camara de Bormann. Blake registra: “Filha de Patricio Augusto da Camara Lima e dona Maria Luiza Bormann de Lima, nasceu em Porto-Alegre a 25 de novembro de 1853, foi casada com o doutor José Bernardino Bormann, seu tio [...], e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 23 de julho de 1895” (BLAKE, 1900, p. 226). Também sobre a biografia da autora, Norma Telles² registra que ela tinha por volta de dez anos quando a família se mudou para o Rio de Janeiro em 1863 e se fixou no antigo centro histórico, área ainda respeitável, habitada por comerciantes e pequenos funcionários. O pai de Maria Benedita, Patricio Augusto, era funcionário público, conferente da Alfândega da Corte segundo os documentos.

Ela dedicou-se às letras, começando a escrever aos catorze anos. Entretanto, estes primeiros trabalhos de escrita foram descartados por ela por lhe parecer que nenhum mérito tinham. (BLAKE, 1900). Blake também destaca que Bormann colaborou com diversos periódicos, quais sejam: *O Sorriso* (1800-1801); *O Cruzeiro* (1882); e *Gazeta da Tarde* (1883-1884), entre outros. Além de ter publicado em livro, os romances: *Aurélia* (1883); *Uma Vítima, Duas Irmãs, Madalena* (1884); *Lésbia, A estátua de neve* (1890); *Celeste* (1993) e *Angelina* (1894). Destaca-se que *Aurélia, Uma Vítima* e *Madalena* foram publicados antes em folhetim.

Deste verbete no dicionário bibliográfico de Sacramento Blake, podemos observar que, desde que começou suas publicações em periódicos e em livros, Bormann manteve grande ritmo, o que, para aquele momento histórico do mercado editorial, implicava grande aceitação dos leitores. Segundo o autor, seu último romance, *Angelina*, foi publicado em 1894, um ano antes de seu falecimento, o que indica que ela escreveu até bem próximo de sua prematura morte. De grande produtividade, a autora era elogiada em notas nos jornais nos quais publicava, e, por mais que tenha sido louvada em sua época, caiu no esquecimento por não figurar na historiografia literária oficial.

Ainda em textos do final do século, temos o significativo registro sobre Délia no livro da intelectual oitocentista Ignez Sabino. No já mencionado *Mulheres Ilustres do Brasil* (1890), Sabino escreve a biografia de mulheres consideradas por ela como ilustres e cujas memórias não deveriam ser apagadas pelo passar do tempo. Na parte que coube à Délia no seu “panthéon feminino”, temos: “filha de Porto Alegre, e de paes illustres, esposa do distinctissimo engenheiro, desde pequena mostrara singular intelligencia, vivacidade e espirito” (SABINO, 1996, p. 192). A autora

² Norma Telles possui um *site* em que há uma seção dedicada à Délia. Em seu interior, temos o “Memorial da Pesquisa”. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/memorial_da_pesquisa.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

registra que Délia tinha uma beleza adorável e maneiras finíssimas de mulher de salão. Amante das artes, instruída, cantava com magnífica voz de meio soprano, tocava piano, desenhava e conversava – tudo elegantemente –, pois possuía a alma culta. (SABINO, 1996).

Poucas são as figuras presentes no livro de Sabino, Délia é uma das onze mulheres cujos retratos são estampados no volume. São poucas as imagens da escritora que circulam atualmente. A raridade é tanta que existe até um sério mal entendido envolvendo a escritora oitocentista Maria Firmina dos Reis, cuja face hoje não tem registro oficial e, por algum tempo, utilizaram-se do rosto de Délia como sendo Firmina, o que pode ser lido como uma forma de apagar a imagem da escritora negra abolicionista, autora de *Úrsula* (1859). A figura abaixo é retirada do livro de Iñez Sabino e é a mesma que circulou como se fosse de Maria Firmina dos Reis.



Figura 1 - Délia.

Fonte: *Mulheres Ilustres do Brasil*, 1996.

Délia lançou-se no mundo das letras, sujeitando-se aos aplausos e às injustiças de um público que, às vezes por capricho, aceitava ou repudiava qualquer trabalho. Ela começou a escrever na *Gazeta da Tarde*, fundada por Ferreira de Menezes. Depois, passou a escrever, desde a fundação do periódico, em *O Paiz*, no qual entrou ao lado de Quintino Bocaiúva e de outros nomes consagrados na imprensa diária oitocentista. Foi neste último jornal que Bormann amadureceu seu talento como contista e, com isso, principiou a conquistar seu espaço e seu nome se tornou conhecido rapidamente. (SABINO, 1996). A autora ainda registra que Délia era como um “Zola de saias”, fazendo referência ao escritor francês naturalista Emílio Zola, o que Norma Telles destaca não ser adequado, pois Délia “percorre as várias escolas literárias, retirando delas o que lhe apraz” (TELLES, 1998, p. 11).

Sabino também aponta que a escritora deixou em *Lésbia* o seu melhor trabalho. Neste romance, a autora de *Mulheres Ilustres* acredita que Bormann fez a sua autobiografia, o que demonstra a tendência oitocentista de tomar como realidade tudo o que fosse escrito pelos literatos. O registro de Sabino é de grande importância na pesquisa biográfica de Délia, mas, apesar disso, a autora não

deixa de afirmar que *Celeste*, seu último livro³, seria “incompreensível e tresloucado, livro mau de psicologia” (SABINO, 1996, p. 197). Por fim, a biografia é finalizada afirmando que Délia tem direito de ser lembrada, com o que concordamos em absoluto.

Acerca da sua recepção, destacamos que, em 4 de novembro de 1980, *O Paiz* publica uma resenha do romance *Lésbia* (1890), de Délia: “Firma o novo romance o pseudonymo de Delia, a encobrir o nome de talentosa senhora já conhecida na imprensa enomeadamente nas colunas d’*O Paiz*, por vezes honradas com a sua preferencia e a sua distincção” (*O Paiz*, 1890, p. 1). Em relação ao romance, o resenhista tece os seguintes comentários elogiosos:

Lésbia, entretanto, não rouba espaço a uma estante em que estejam collecções dignas de leitura, nem toma baldadamente o tempo de quem percorrer-lhe as 200 páginas. Como romance, tem os attractivos que prendem a atenção do leitor; o seu enredo está traçado com arte, a phrase é correcta e elegante, e o todo dispõe de scenas que dão a medida de um estudo de observação pacientemente feito. Na exhibição dos personagens trazidos á acção do romance, a autora vasou toda a sensibilidade do coração de mulher, e a *Lésbia* emprestou vivo e palpitante um character ductil de quem queria viver pelo cerebro educado, mas que effectivamente viveu pelas paixões e pelas paixões chegou até ao suicídio. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 3115, 4 nov. 1890, p. 1).

O excerto da recepção crítica acima aponta para o fato de que era comum que os jornais escrevessem comentários elogiosos ou não quando do surgimento de novas obras literárias a fim de impulsionar o mercado editorial do período. No que diz respeito à autora em tela, já sabemos que ela era uma escritora bastante produtiva nos jornais, portanto, espera-se que sua literatura fosse valorizada. Essa impressão positiva em *O Paiz* é um exemplo de como ela fora recebida em sua época, entretanto, esse não era o único juízo de valor que circulou sobre sua obra no Oitocentos, como poderemos ver ao analisar a leitura feita pelo crítico brasileiro Araripe Júnior sobre o mesmo romance.

Em 1890, publicado no *Correio do Povo* em sua edição de 17/18 de novembro, vamos encontrar uma apreciação crítica um tanto desfavorável sobre *Lésbia*, da autoria de Délia. Antes de iniciar sua crítica, Araripe Júnior destaca que, para ele, tratar do dito romance é uma tarefa ingrata e que a autora mereceria “complicadíssimas condescendências” da parte dele. E ele explica: “a sua peregrina formosura, o encanto de sua voz, a vibração do seu olhar, a gentileza do seu sexo, porém, foram precipitadamente um incentivo para que, nas páginas do livro, eu procurasse insistentemente alguma coisa que correspondesse a tanta graça física e a tão seletos dotes naturais” (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p. 260).

Neste trecho, observamos como o fato de a autoria ser de uma mulher e ter em si traços de feminilidade faziam com que o autor criasse uma expectativa sobre o que gostaria de ler em seu romance. Assim, ele leu a obra à procura de elementos que, não encontrando, diminuem, para

³ Alguns autores destoam sobre qual foi o último livro, em relação à cronologia das publicações. Sacramento Blake diz um e Sabino, outro.

ele, o valor estético do livro. E continua: “Infelizmente, volvi a última página do romance sem que um só estremeamento agitasse o meu espírito desprevenido” (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p. 260). Portanto, ele marca bem que, ao finalizar a leitura, não encontrou os pontos que, a seu ver, deveriam constar na criação artística de uma escritora tão formosa, tão encantadora. Ademais, ele destaca que a autora tinha o dever de se manifestar como uma artista cheia de sobressaltos, nervosa, intelectualmente violentada pela histeria tropical brasileira, pois, para ele, as mulheres vivas no clima brasileiro da época estavam mais propícias a encontrar infinitos recursos de observação. Desta forma, ele salienta que “Délia devia exhibir-nos um livro de estilo picante e original. O seu romance *Lésbia* está muito longe de produzir a sensação desejada e de excitar curiosidades feminis” (Idem) Não podemos deixar de destacar o que observou Telles (2012, p. 365-366), afirmando que o crítico fazia uma dupla crítica, isto é, de um modo mais brando trata os homens e, com muito mais força, julga os trabalhos literários femininos: “no livro ‘dos meninos’ ele procura os conceitos, as ideias, os grandes autores. No livro ‘desta senhora’ procura a graça, a beleza e a gentileza que atribui a seu sexo. Não os encontrando, paternalisticamente, fala a respeito do que ela deveria ter escrito”.

Verificamos, então, que havia quem louvasse e quem desprezasse a literatura da autora. E as motivações poderiam ser desde caprichos de crítico até os ideais esperados pelos leitores por se tratar de uma autora. Apesar desses dissabores, Délia publicou de forma ampla. Foram jornais, folhetins e livros, pois seu trabalho tinha aceitação para tal. Para finalizar, trazemos a publicação da ocasião do falecimento da escritora no ano de 1895. Trata-se do periódico *Don Quixote*:

Falleceu nesta Capital a Exma. Sra. D. Maria Bernardina Bormann, que, com o pseudonymo – Délia – escreveu vários romances entre os quaes avulta pelo seu valor litterario o livro intitulado: Celeste. Admira-nos que a imprensa tivesse deixado passar em silencio a morte desta escriptora que tinha incontestável talento; apenas a Gazeta consagrou-lhe algumas linhas e um outro collega da manhã referio-se ligeiramente ao seu passamento, como o faz a qualquer pessoa. Mas isso é natural; neste paiz as reputações que menos duram são as do talento, pois são as que mais depressa se esquecem. [...] Nós, porém, que não pensamos assim, e temos sempre uma saudade para o talento que desaparece da terra, saudade tanto mais funda quanto mais esquecido é elle, aqui deixamos a nossa sobre o tumulo onde foi esconder-se a mocidade e o talento da auctora da Celeste! Y. (*Don Quixote*, Rio de Janeiro, ano I, n. 27, 3 ago. 1895, p. 6).

Ignez Sabino (1996, p. 191) também lamenta que “o Diario Official secamente rezou no seu obituário” e apenas *O Paiz* e a *Gazeta* disseram algumas palavras sobre a escritora. Depois disso, houve silêncio acerca de sua morte, sobre a qual poucos jornais mencionaram. Apesar do silenciamento, podemos observar que o conteúdo do que fora publicado no *Don Quixote* pelo articulista “Y” pode ser uma prova de como a escritora foi reconhecida em sua época.

Tanto Santos (2010) quanto Telles (1998) apontam que uma motivação para o esquecimento sofrido pela escritora pode ter sido a crítica negativa feita por Araripe Júnior à literatura de Délia. *Lésbia* não foi o único livro da autora cuja opinião do crítico renomado foi negativa, destaca-

se, também, sua observação sobre o romance *Celeste*. Telles (1998, p. 18) aponta que Araripe demonstrava o paternalismo utilizado com as escritoras, consistindo em elogios pela boa aparência física e graça: “Mas este tipo de crítico sabe como tanta delicadeza deveria ser transposta para a escrita, as mulheres deveriam escrever só a respeito de sentimentos que considerava puros, isto é, prescritos.

Somado a isto, Santos (2010, p. 56) registra: “Em 1888, Araripe Junior (sic) focalizou sua atenção na obra de Bormann, a qual recebeu por parte do crítico tratamento tendencioso, uma vez que os critérios adotados para julgar a obra da ficcionista e a dos escritores homens do mesmo período foram dicotômicos”. A autora comenta que, em muitos escritos do crítico, era possível perceber uma visão androcêntrica, o que marcava um posicionamento mais simpático para com os escritores. Ela exemplifica ao observar quando ele julga o trabalho de Júlio Ribeiro como faltosa de alguns elementos indispensáveis à coesão, mas elogia apesar disso. Para Santos (2010, p. 56), caso fosse no trabalho de uma mulher, isso seria o suficiente para depreciar a criação, e os julgamentos do crítico poderiam “desautorizar aquela escritura como obra de arte”.

Concluimos, pois, que a voz autorizada de um crítico oitocentista poderia corroborar o esquecimento de uma autora de vasta publicação e circulação, ainda que em pouco tempo de escrita – em torno de uma década –, como foi o caso de Maria Benedita Bormann durante o final do século XIX. Apesar de hoje seus livros serem considerados como raridades bibliográficas, o olhar e o interesse de pesquisadores contemporâneos são atraídos por sua história e criação literária.

UMA CONCLUSÃO POSSÍVEL

Quando a historiografia oficial não registra o extenso trabalho de uma escritora tal qual Délia, notamos que há um problema de cunho social e representacional. A partir disso, tivemos como um dos objetivos no presente artigo a retomada do nome e da obra da escritora como forma de trazê-la para os debates literários atuais e, principalmente, para as discussões sobre a presença feminina na literatura brasileira, tanto como escritora quanto como personagem. Para compreender como esse processo se deu, debruçamo-nos sobre trabalhos de História que versam acerca das mulheres no Brasil oitocentista, além de observar as relações entre mulheres e imprensa, tão caras à produção escrita feminina. Após percorrermos esses caminhos, recordamos o nome e a vida de Délia, a fim de que seu legado não continue apenas no passado.

Notamos que a crítica literária foi um fator significativo no apagamento histórico que Délia sofreu com o passar do tempo. Enquanto autores elogiados foram canonizados, ela, com sua literatura criticada negativamente por um nome como o de Araripe Júnior, dentre outros fatores, teve sua fama e reconhecimento diminuídos. Em tempos atuais, com exceção de algumas pesquisas acadêmicas mencionadas ao longo do artigo, sua obra se tornou rara e não tem circulado, ainda que, em sua época, tenha tido grande aceitação por parte do público.

Neste artigo, portanto, nosso exercício é de resgate, buscando a memória literária de uma autora que teve papel fundamental durante o século XIX e, apesar disso, foi esquecida. Ao lermos

e escrevermos sobre Délia, estamos reavivando sua imagem e talento para que, possivelmente, possamos não deixar no passado os nomes de escritoras que contribuíram para a consolidação da literatura oitocentista no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica de Araripe Júnior*. 1888-1894. Brasília: MEC; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. (Coleção de textos da língua portuguesa moderna, 3).

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Lésbia*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

Don Quixote, Rio de Janeiro, ano I, n. 27, 3 ago. 1895. Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=714178&pesq=&pagfis=193>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*. Século XIX: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HAHNER, June. Mulheres da elite. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

KESSAMIGUIEMON, Vera Lucia Gonçalves. A educação da mulher e a produção literária feminina na transição entre os séculos XIX e XX. *TEIAS*, Rio de Janeiro, ano 3, n° 5, jan/jun 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, n.3, p. 85-94, 1995.

_____. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 225-233, jan./jun. 2003.

O Jornal das Senhoras, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 jan. 1852. Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00001.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020.

O Paiz. Rio de Janeiro, ano VII, n. 3115, 4 nov. 1890. Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1890_03115.pdf> Acesso em: 16 mai. 2020.

SABINO, Ignez. *Mulheres Ilustres do Brasil*. Edição fac-similar. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1996.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de letras: representações da condição feminina*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

TELLES, Norma. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Lésbia*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ZINANI, C. J. A.; POLESSO, N. B. Da margem: a mulher escritora e a história da literatura. *Métis: história & cultura* (UCS), v. 9, n. 18, p. 99-112, jul./dez. 2010.

Pamela Raiol Rodrigues

Mestranda em Estudos Literários do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, foi bolsista integral do curso de Inglês na escola de idiomas ASLAN, foi bolsista do projeto PAPIM da UFPA, ministrou oficinas de Inglês Básico como voluntária no projeto Mais Educação, foi bolsista/voluntária no PIBID-Letras e bolsista de Iniciação Científica da UFPA, com pesquisa relacionada à obra da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Juliana Maia de Queiroz

Possui bacharelado e licenciatura em Letras (1999), mestrado e doutorado em Teoria e História Literária (UNICAMP). Realizou pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em São José do Rio Preto (IBILCE/UNESP) Tem experiência como docente de literatura brasileira e portuguesa no ensino médio e superior e atualmente é professora de literatura portuguesa na graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando também na pós-graduação com pesquisas relacionadas à história do livro e da leitura; produção, circulação e recepção de romances oitocentistas e romances de autoria feminina.

Recebido em 15/09/2020.

Aceito em 20/10/2020.